



Unidade Universitária de Nova Andradina

**UM VELHO PROBLEMA, UMA NOVA POLÊMICA: O ACORDO ORTOGRÁFICO
DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Cristiane de Souza

Nova Andradina-MS

Outubro/2011



Unidade Universitária de Nova Andradina

**UM VELHO PROBLEMA, UMA NOVA POLÊMICA: O ACORDO ORTOGRÁFICO
DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Cristiane de Souza

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Letras Habilitação Português/Inglês da UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Nova Andradina, como requisito final para a obtenção do título de graduada em Letras, sob a orientação do Prof. Msc. Anailton de Souza Gama

Nova Andradina-MS

Outubro/2011

SOUZA, Cristiane de. **Um Velho Problema, uma Nova Polêmica: O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.** Trabalho de Conclusão de Curso. Nova Andradina-MS. 2011.

57 f. 30 cm.

Orientador: Prof. Msc. Anailton de Souza Gama

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Universitária de Nova Andradina.

1. Língua Portuguesa. 2. Acordo Ortográfico. 3. Reforma Ortográfica. Cristiane de Souza. UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Faculdade de Letras. Nova Andradina-MS. 2011.

AGRADECIMENTOS

- ✓ Agradeço primeiramente a Deus por me dar Saúde e muita paciência para contornar e vencer todos os obstáculos de minha vida; aos meus amigos que caminharam esses quatro anos ao meu lado.
- ✓ Ao meu esposo, por compreender as minhas ausências e por ter me incentivado nesta caminhada.
- ✓ Agradeço também, aos meus pais, que mesmo distante estiveram sempre comigo e é por eles que cheguei até aqui.
- ✓ Quero agradecer também o meu orientador Professor Anailton de Souza Gama, pela paciência, dedicação e por ter aceitado ser o meu orientador.
- ✓ Enfim, agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa:

- ✓ Ao meu esposo José Rônis pelo incentivo, cooperação, compreensão e apoio em todos os momentos desta e de outras caminhadas;
- ✓ Aos professores do curso de Letras da UEMS pelo conhecimento transmitido ao longo desses quatro anos;
- ✓ A toda minha família, em especial aos meus pais Antonio e Maria, que me serviram de inspiração e compartilharam comigo momentos de tristezas e alegrias, me fazendo superar mais esta etapa que, com a graça de Deus, está sendo vencida.

O Senhor é a minha luz e a minha salvação; a quem temerei?

O senhor é a força da minha vida; de quem me recearei?

(SL 27; 1)

SOUZA, Cristiane de. **Um Velho Problema, uma Nova Polêmica: O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.** Trabalho de Conclusão de Curso. UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Nova Andradina-MS. 2011.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar um histórico dos Acordos e Reformas Ortográficas da Língua Portuguesa para que se possa conhecer um pouco mais sobre esse assunto que vem gerando tanta polêmica. A intenção não é apresentar uma análise, mas apenas oferecer uma abordagem histórica, tendo em vista que vivenciamos um Novo Acordo Ortográfico e, para muitos falantes da língua portuguesa, falta um fundamento ou referencial sobre as reformas e acordos ortográficos da língua portuguesa ocorridos no decorrer dos anos. Pretendemos apresentar aspectos teóricos que nos permite conhecer melhor a nossa língua e compreender o último Acordo Ortográfico, ocorrido no ano de 2009, seguido das principais mudanças ocorridas nesse último Acordo.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; Acordo Ortográfico; Reforma Ortográfica.

SOUZA, Cristiane de. **Um Velho Problema, uma Nova Polêmica: O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.** Trabalho de Conclusão de Curso. UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Nova Andradina-MS. 2011.

Abstract: The present article has the objective to present a history of agreements and reforms of the Portuguese language spelling. Our intension is not to present an analysis, but only to provide a historical approach in order to experience a new agreement Spelling and, for many English speakers lack a theoretical basis or on reforms and agreements spelling of Portuguese language occurred during the years . We intend to present the historical aspects that allow us to better understand our language and to understand the Orthographic Agreement last occurred in 2009, followed by major changes in the latter agreement.

Key-words: Portuguese language; Orthographic Agreement Orthographic; Orthographic Reform.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	14
1.1 A evolução da língua portuguesa.....	18
1.2 História da língua portuguesa no Brasil.....	22
1.3 Características da Língua Portuguesa do Brasil.....	26
CAPÍTULO II - SOBRE AS REFORMAS E ACORDOS ORTOGRÁFICOS.....	31
2.1 Sobre as Reformas Ortográficas.....	31
2.2 Sobre os Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa.....	35
2.3 Sobre o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.....	38
CAPÍTULO III - AS NOVAS REGRAS DA ORTOGRAFIA PORTUGUESA.....	46
3.1 Como era e como passará a ser.....	46
3.1.1 Mudanças no alfabeto.....	46
3.1.2 O Trema.....	47
3.1.3 Mudanças nas regras de acentuação.....	47
3.1.4 Uso do hífen com compostos.....	49
3.1.5 Uso do hífen com prefixos.....	51

3.1.6 Outros casos do uso do hífen.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	57

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo colaborar com uma reflexão acerca da história da língua portuguesa, influências, origem, seu processo de formação bem como apresentar um histórico dos acordos e reformas ortográficas da Língua Portuguesa.

Hoje, vivemos um momento ímpar na história da Língua Portuguesa, tendo em vista que este é o quinto idioma mais falado do mundo e o terceiro mais falado no Ocidente. Além disso, a sua importância no cenário linguístico mundial é indiscutível. É, também, uma língua falada por mais ou menos 200 milhões de falantes, mas, no entanto, tem mais de uma ortografia.

Segundo Ernani & Nicola (1996, p. 131), espalhada pelos cinco continentes, a língua portuguesa figura entre as dez mais faladas do planeta. Estruturada a partir do século XII, desde o século XV ultrapassou as fronteiras da Península Ibérica, acompanhando as caravelas lusitanas na aventura das grandes navegações.

O português é a língua nacional de Portugal e do Brasil, além de ser a língua oficial de vários países africanos como: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e ainda sobrevive na Ásia (Macau e Goa) e na Oceania (Timor Leste), como língua de grupos minoritários.

Segundo Coutinho (1972, p. 46), a história da língua portuguesa está ligada a fatos que pertencem à história geral da Península Ibérica. Pode-se afirmar, com mais propriedade, que o português é o próprio latim modificado. Por esse motivo, há uma inter-relação entre o seu histórico e a história da Península. Apesar de que pouco se sabe a respeito dos povos que habitavam a Península antes da invasão romana (séc. III a.C.), destaca-se que a Península Ibérica era habitada pelos iberos, povo mais antigo de origem agrícola e responsável pela nomeação dada à Península pelos historiadores gregos.

Tendo em vista que a língua é um organismo vivo, considera-se, portanto, que ela é fruto de alterações, de contaminações, de enriquecimento e de empréstimos que se sucederam e vão sucedendo ao longo do tempo.

Nesse sentido, os acordos ortográficos, desde 1911, geram bastantes discussões e divergências de opiniões, visto que cada pessoa, seja ela um educador, um linguista ou qualquer outro falante da língua portuguesa, tem uma visão diferente sobre este assunto. Acordos estes que visam reajustar a ortografia de um povo, torná-la única, por fim à duplicidade de normas ortográficas em todos os países de língua oficial portuguesa.

Nos últimos anos, as críticas referentes às reformas ortográficas cresceram notavelmente. Sejam elas feitas por linguistas que analisam questões de sintaxe, de gramática; por educadores, que além de analisar questões como essas, avaliam a aplicação deste acordo quanto às dificuldades do ensino e aprendizagem em sala de aula; por alguns alunos, que fazem uma auto-avaliação da sua facilidade ou não na adaptação das novas normas; ou por falantes comuns da língua, que se sentem prejudicados por tais mudanças.

Quanto à adaptação às mudanças do Novo Acordo Ortográfico, há uma divergência de opiniões por parte de alguns especialistas. Segundo a professora Stella Maris Bortoni-Ricardo, linguista e membro da Comissão de Língua Portuguesa (COLIP), a adaptação será feita de maneira fácil, pois o acordo muda menos de 1% do percentual falado da língua. Por outro lado, há aqueles que acreditam que “com os professores brasileiros nas condições em que estão - mal pagos, mal formados -, essa mudança pode gerar alguma dificuldade de adaptação.” É o que acredita a professora Eleonora Cavalcante Albano, da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

Alguns especialistas afirmam que o Acordo Ortográfico é uma medida de política de idioma que, além de dar importância para a Língua Portuguesa, facilitaria a difusão e troca de publicações entre países lusófonos favorecendo, inclusive, os países mais pobres, no recebimento de reforço de material didático.

Desde janeiro de 2009 entrou em vigor no Brasil a nova grafia do português, definida pelo Acordo Ortográfico de 1990 que tem por objetivo criar uma ortografia unificada para o português, a ser usada por todos os países de língua oficial portuguesa. Vale lembrar que Portugal estabeleceu um prazo de seis anos para esse processo, enquanto o Brasil optou pela metade. Isso quer dizer que as escolas brasileiras terão até 2012 para cobrarem as mudanças.

Até 2012 vigora no Brasil um período de adaptação, durante o qual tanto a antiga ortografia do Formulário Ortográfico de 1943, como a nova do Acordo Ortográfico de 1990 são oficialmente aceitas como válidas. Só a partir de 01/01/2013 é que a ortografia antiga será considerada errada.

A existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa, a lusitana e a brasileira, tem sido considerada como largamente prejudicial para a unidade intercontinental do português e para o seu prestígio no mundo.

Sendo um tema que, ao mesmo tempo, remonta à história da língua e a fatos tão recentes, como o Acordo celebrado entre países falantes da Língua Portuguesa, ele é, ao mesmo tempo, novo, mas que, para entendermos, necessita-se entender a história desta língua bem como as tentativas de unificação do idioma. Ao longo do tempo, tivemos uma reforma

ortográfica e três acordos, os quais vão descritos no corpo deste trabalho, dando atenção especial ao último.

Tendo em vista a necessidade de informações acerca do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no âmbito da universidade e mesmo da sociedade e sentindo falta desse debate, é nosso objetivo apresentar aqui um histórico dos Acordos e Reformas Ortográficas da Língua Portuguesa, pretendendo, assim, expor as mudanças ocasionadas pelos acordos ortográficos em tentativa da unificação da ortografia portuguesa.

Por ser um assunto novo e de grande importância, acreditamos ser importante uma abordagem histórica, tendo em vista que vivenciamos um Novo Acordo Ortográfico e, para muitos falantes da língua portuguesa, falta um fundamento ou referencial sobre as reformas e acordos ortográficos dessa língua.

Deste modo, no Capítulo I deste trabalho, intitulado **História da Língua Portuguesa**, abordaremos a história e evolução da língua portuguesa, a história da língua portuguesa no Brasil e as características da língua portuguesa do Brasil, com intuito de relatar a diversidade geográfica, cultural e linguística existente no Português Brasileiro, como também apresentar as particularidades desta língua.

No segundo Capítulo, denominado **Sobre as Reformas e Acordos Ortográficos**, falaremos sobre as Reformas Ortográficas da Língua Portuguesa, os Acordos Ortográficos ocorridos ao longo dos anos, bem como o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, as recomendações da Academia Brasileira de Letras (ABL) e Ministério da Educação (MEC); as críticas e os países atingidos.

No terceiro e último Capítulo, intitulado **As novas regras da ortografia Portuguesa**, apresentaremos as principais mudanças ocorridas na língua portuguesa com o Novo Acordo Ortográfico e, por fim, apresentaremos nossas considerações finais.

Visto dessa forma, tal pesquisa se revela como um importante instrumento de estudo, procurando enriquecer o estudo da língua portuguesa através dos aspectos históricos que nos permitem conhecer melhor nossa língua até à compreensão do último Acordo Ortográfico.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

A língua é, de certa forma, a
condensação de um homem
historicamente situado.

(José Luiz Fiorin)

O surgimento da Língua Portuguesa está profunda e inseparavelmente ligado ao processo de constituição da Nação Portuguesa. Na região central da atual Itália, o Lácio, vivia um povo que falava latim. Nessa região, posteriormente, foi fundada a cidade de Roma. Esse povo foi crescendo e anexando novas terras a seu domínio. Os romanos chegaram a possuir um grande império, o Império Romano. A cada conquista, impunham aos vencidos seus hábitos, suas instituições, os padrões de vida e a língua.

De acordo com Coutinho (1976, p. 29-30), existiam duas modalidades do latim: o latim vulgar (*sermo vulgaris, rusticus, plebeius*) e o latim clássico (*sermo litterarius, eruditus, urbanus*). O latim vulgar era somente falado. Era a língua do cotidiano usada pelo povo analfabeto da região central da atual Itália e das províncias: soldados, marinheiros, artífices, agricultores, barbeiros, escravos, etc. Era a língua coloquial, viva, sujeita a alterações frequentes. Apresentava diversas variações. O latim clássico era a língua falada e escrita, apurada, artificial, rígida, era o instrumento literário usado pelos grandes poetas, prosadores, filósofos, retóricos. A modalidade do latim imposta aos povos vencidos era a vulgar.

Existem discussões muito interessantes a respeito do conceito de “latim vulgar” e principalmente de que forma se dá a sua oposição ao “latim clássico”.

Ilari (1997, p. 61) afirma que a grande diferença entre as duas variantes do latim não é cronológica (o latim vulgar não sucede ao latim clássico), nem ligada à escrita, se não social. As duas variantes refletem duas culturas que convivem em Roma: de um lado a de uma sociedade fechada, conservadora e aristocrática, [...], de outro, a de uma classe social aberta a todas as influências, sempre acrescida de elementos alienígenas, a partir do primitivo núcleo da plebe.

Ainda, segundo Ilari (idem), outra grande diferença é que, ao longo do tempo, o latim literário aparece como uma língua extremamente estável, ao passo que o latim vulgar inova constantemente. Enquanto o latim literário permanecia relativamente estável como língua da escrita e como a língua falada de todas as situações mais formais, o latim vulgar foi derivando

para variedades regionais que, no fim do primeiro milênio, já prefiguravam as atuais línguas românicas.

A variedade a que chamamos de “latim vulgar” é uma realização linguística que esteve submetida a diversos tipos de influências. Para Ilari (2006), o melhor seria entender essa língua como “proto-romance”, ou seja, a língua que deu origem às línguas românicas que conhecemos hoje.

Desde Diez, ficou claro que as línguas românicas não derivam do latim clássico, mas das variedades populares. [...] a essa variedade, que aparece assim como um ‘proto-romance’, isto é, como o ponto de partida da formação das línguas românicas, Diez chamou de *latim vulgar*, termo com que visava a opô-la ao latim literário. (ILARI, 1997, p. 58).

Assim, entende-se que as línguas românicas (também chamadas línguas neolatinas) se originaram não do latim clássico, mas de uma outra variedade de latim conhecida como latim vulgar. “E foi a partir do século IX que o latim vulgar se transformou nas línguas neolatinas: francês, italiano, espanhol, romeno, rético, dalmático, sardo, galego e português”, conforme afirma Haug (1994, p. 12).

De acordo com Ilari (1997, p. 65), costuma-se entender que as línguas românicas nascem quando substituem o latim como línguas escritas, na redação de textos práticos, literários ou de edificação religiosa.

Para Bassetto (2005, p. 183-4), a diacronia das línguas românicas se divide em três fases cujo *terminus a quo* é o latim vulgar e o *terminus ad quem* são as línguas românicas, passando-se por uma fase intermediária, comumente denominada de “romance” e que, eventualmente, poderá ser subdividida em:

Fase latina

A fase latina corresponde ao período em que o latim vulgar e o urbano eram a língua do Império e se estende, aproximadamente, do século IV a.C. ao século V ou VI d.C.. Observe-se que os fatores internos e externos à língua são portadores de elementos de igual importância quando da compreensão do processo pelo qual passam as línguas na sua evolução. Foi, assim, nesta fase que intervieram todos os fatores internos e externos que motivaram, posteriormente, o surgimento das línguas românicas.

Fase romance

Esta fase abrange o período em que o latim vulgar começa a se modificar até se transformar nas línguas românicas modernas. Trata-se de um processo lento e continuado que se estende por séculos e que acabou por alterar o latim vulgar estruturalmente e a fragmentar sua unidade no plano territorial. Não houve nenhum limite cronológico claro entre o latim e o florescer das línguas românicas, não sendo, portanto, possível dizer quando o latim vulgar deixou de ser falado, pois foi um processo gradual sem maiores injunções, cujo *'terminus ad quem'*, afinal, são as línguas românicas. A fase romance é variável para as diversas línguas românicas, de modo que as respectivas línguas literárias aparecem em épocas diferentes.

Conforme Coutinho (1976, p. 48), os romanos invadiram a região da península no século III a.C. A dominação não era apenas territorial, mas também cultural. No decorrer dos séculos, os romanos abriram estradas ligando a colônia à metrópole, fundaram escolas, organizaram o comércio, levaram o cristianismo aos nativos. A ligação com a metrópole sustentava a unidade da língua evitando a expansão das tendências dialetais.

Ao latim foram anexadas palavras e expressões das línguas dos nativos. No século V da era cristã, a península sofreu invasão de povos bárbaros germânicos (vândalos, suevos e visigodos). Como possuíam cultura pouco desenvolvida, os novos conquistadores aceitaram a cultura e língua peninsular. Influenciaram a língua local acrescentando a ela novos vocábulos e favorecendo sua dialeção já que cada povo bárbaro falava o latim de uma forma diferente. Contribuíram, porém, para acelerar a evolução da língua.

O Império Romano começa a assistir seu declínio na medida em que os seus exércitos passam por dificuldades e “cresciam, nas fronteiras, as investidas dos povos germânicos (bárbaros). A partir de meados do século III, a história cultural de Roma entrou também na Era do Obscurantismo” (HAUY, 1994, p. 10). O então Imperador, Teodósio, separou o Império em dois, devido às dificuldades de administrar o Império Romano, dada a sua extensão, ficando assim dividido em o Império do Ocidente (capital era Roma) e o Império do Oriente (cujá capital era Constantinopla).

Para Hauy (1994, p. 11), a romanização da Península Ibérica, as invasões dos bárbaros e dos árabes e os fatos políticos, sociais e linguísticos dele decorrentes constituem uma perspectiva de estudo indispensável para a compreensão da relativa unidade e da latente diversidade do romance galego-português, que explicam o desenvolvimento paralelo dos dois idiomas neolatinos: galego e o português.

A região da *Gallaecia* (Galiza) pertencia à antiga Hispânia Citerior e a Lusitânia Ulterior. Ainda segundo Hauy (idem, p. 24), a região da *Gallaecia* permaneceu unida até o século XI, quando D. Afonso VI a dividiu entre os seus dois genros, D. Raimundo e D.

Henrique, depois da conquista de Toledo, em 1805. Surge séculos depois na *Gallaecia* e parte da Lusitânia, o galego-português e foram nesses territórios que os suevos se fixaram e conseguiram manter um domínio estável por quase dois séculos.

Por muito tempo, o Reino Suevo resistiu aos visigodos, que tentavam reunificar a Península a seu favor, até que em 585 todo esse território foi conquistado pelos visigodos e incorporado aos seus domínios.

A contribuição dos suevos e dos visigodos, no que diz respeito à língua, foi mínima; entretanto, com eles rompeu-se definitivamente a unidade romana, e, enquanto o latim escrito se mantinha como a única língua de cultura, o latim falado evoluía rapidamente e diversificava-se (HAUY, 1994, p. 25).

As invasões não pararam por aí, no século VIII a península foi tomada pelos árabes. O domínio mouro foi mais intenso no sul da península.

De acordo com Ilari (1997, p. 146), os árabes não se romanizaram, provavelmente, por razões religiosas. Mas, na Península Ibérica, os cristãos, vivendo sob a dominação árabe criaram uma cultura e contato peculiar, conhecida como “cultura moçárabe”, que serviu por longo tempo de intermediária entre o mundo cristão e o mundo muçulmano. Apesar de possuírem uma cultura muito desenvolvida, esta era muito diferente da cultura local, o que gerou resistência por parte do povo.

Ainda, segundo Ilari (1997, p. 148), diretamente, ou por intermédio da cultura moçárabe, os árabes transmitiram para a Europa alguns de seus achados no domínio da ciência e do comércio. Mas as influências linguísticas árabes se limitam propriamente ao léxico, onde os empréstimos são geralmente reconhecíveis pela sílaba inicial *al* correspondente ao artigo árabe *al*: álcool, alferes, alcorão, álgebra, alfândega, etc.

Com a invasão árabe, esfaleceu-se também o Império Visigótico; os rebeldes, refugiados nas montanhas das Astúrias, organizaram um movimento de expulsão dos árabes (a Reconquista) e aos poucos foram recuperando as terras conquistadas pelos árabes.

A Reconquista foi responsável por deslocar os mouros do Norte para Sul, “isso explica o fato de a influência linguística e cultural dos muçulmanos ter sido mais fraca nas regiões setentrionais do que no Sul. Na região onde se formou o galego-português, a influência árabe foi, então, superficial”. (HAUY, 1994, p. 25).

Devido às transformações pelas quais passou o Império Romano, houve também mudanças na língua, haja vista que os soldados entravam em contato com falares diferentes nas terras em que faziam suas conquistas, o que deu origem à variação na língua.

Com a evolução dos dialetos românicos, definiram-se, no século XII, três grandes grupos linguísticos: em todo o Ocidente da Península Ibérica, o galego-português; no Nordeste, o catalão e, no restante o castelhano. Nas lutas pela Reconquista, muitas vezes os territórios ficavam despovoados, e os soberanos cristãos mandavam repovoá-los em geral com habitantes vindos do Norte. Foi assim que, pouco a pouco, o galego-português recobriu toda a parte central e meridional do futuro território português. (HAUY, 1994, p. 25).

No século XII, quando ocorreu a separação de Portugal de Galiza, o galego-português era a língua falada em toda Galiza e também na nascente nação portuguesa; durante três séculos o galego-português se manteve em toda a Península Ibérica. É deste galego-português, levado pelas tropas da reconquista, que se originou o português. Em relação ao galego-português, Haury (1994, p. 26) afirma que:

Falada pelos muçulmanos remanescentes da Reconquista, pelos moçárabes e por todos os estrangeiros participantes do repovoamento, a língua trazida do Norte e adotada durante três séculos pela nação portuguesa sofreu gradativamente uma significativa transformação, acelerada ainda pela decisiva influência dos dialetos moçárabes e pelos fatos políticos do prestígio de Lisboa, até adquirir, no século XIV, feição distinta que a caracterizou como língua portuguesa.

No início do século XIII começam a aparecer os primeiros textos redigidos em galego-português tendo como veículo precursor as cantigas trovadorescas.

Devido à extinção do galego-português, surge então em Portugal o português ou português europeu. O português, a partir daí, torna-se a língua de Portugal e, com os descobrimentos e com a expansão da sua navegação ultra marítima, a língua portuguesa transportada assim para ultramar, se expande por vastos territórios.

A seguir, apresentaremos informações que consideramos relevantes sobre as transformações ocorridas na língua portuguesa para uma melhor compreensão do presente trabalho.

1.1 – A evolução da língua portuguesa

A evolução da língua portuguesa pode ser dividida em três épocas: pré-histórica, proto-histórica e histórica.

Segundo Coutinho (1976, p. 56) a época pré-histórica inicia-se com as origens da língua, estendendo-se ao século IX, em que surgem os primeiros documentos latino-portugueses.

Ilari (1997, p. 200), afirma que desta fase, os “Juramentos de Estrasburgo”, de 842 são os mais antigos documentos românicos, que sobreviveram até nós; consiste nas fórmulas de juramento pronunciadas para sancionar a aliança de dois herdeiros do Império de Carlos Magno, Luís , o Germânico e Carlos, o Calvo, e a promessa de se apoiarem reciprocamente contra o irmão mais velho e inimigo comum, Lotário. Vale ressaltar que os “Juramentos de Estrasburgo” foi a primeira língua românica escrita.

Eis a transcrição do juramento:

**Pro Deo Amur & pro christan poblo & nostro comum salvament, d’ist
di in avant quand Deo savir & podir me dunat, si salvarei eo cist
mon frade Karlo & in aiudha & in cadhuna cosa, si cum om per
dreit son frada salvar dift, in o quid il mi altresi fazet et ab Ludher
nul plaid nunquam prindai ki, meon vol, cist meon frade Karle in damno sit.**

**[Por amor a Deus e pelo povo cristão e nossa salvação comum, deste
dia em diante, enquanto Deus me der saber e poder, assim salvarei
eu este meu irmão Carlos, e na ajuda e em cada coisa, assim como
homem por direito seu irmão salvar, deve, enquanto ele a mim da
mesma forma fizer, e de Lotário nunca aceitarei nenhum acordo que,
por minha vontade, seja em prejuízo a este meu irmão Carlos.]**

A segunda, proto-histórica, estende-se do século IX ao XII. Textos escritos em latim bárbaro (modalidade do latim usado apenas em documentos e por isso também chamado de latim tabeliônico). São documentos públicos, testamentos, doações, contratos de compra e venda e também documentos jurídicos, como cartas, leis forais, inquirições sobre propriedades, todos escritos em cartórios, naquele latim bárbaro, tabelionário, pretensiosamente gramatical, mas, na verdade, estropeado, inorgânico, mistura de formulários tabeliônicos com locuções e vocábulos do romance, numa forma pseudolatina.

Assim, a língua deste período só pode ser reconstituída pelo método histórico-comparativo e pelo testemunho dos documentos em latim bárbaro. As palavras portuguesas eram faladas, mas não escritas, o que comprova a existência do dialeto galaico-português. Dessa fase, os mais antigos documentos são um título de doação, datado de 874, e um título de venda, de 883. Em relação ao título de doação, Hauy (1994, p. 21) afirma:

Apresenta-se geralmente como o mais antigo documento latino-português, escrito, portanto, em latim bárbaro, o que se refere à doação à igreja e Sozelo (Souzelo), documento do mosteiro de Pendurada (entre Douro e Minho), existente no Arquivo Nacional Torre do Tombo, publicado nos *Portugaliae Monumenta Historica* (Diplomata et Chartae, p. 4 e 5).

Conforme Coutinho (1976, p. 57), a época histórica inicia-se no século XII, em que os textos ou documentos aparecem inteiramente redigidos em português. Esta fase divide-se no período arcaico (séc. XII-XVI) e período moderno (séc XVI-hoje).

De acordo com Carvalho e Nascimento (1981), o primeiro texto escrito em português foi a poesia “Cantiga da Ribeirinha”, no século XII de Paio Soares de Taveirós dedicado à D. Maria Paes Ribeiro, a Ribeirinha:

*No mundo non me sei parelha,
mentre me for como me vai,
ca moiro por vós e - ai!
mia Senhor branca e vermelha,
queredes que vos retraia
quando eu vos vi en saia!
Mau dia me levantei,
que vos enton não vi feia!*

*E, mia Senhor, des aquel' di', ai!
me foi a mi mui mal;
e vós, filha de Dom Paay
Moniz, e bem vos semelha
d' haver eu por vós guarvaia
pois eu, mia Senhor, d' alfaia
nunca de vós houve, nem hei
valia d' ùa correia...*

OBS: (colocamos o **ü** por não dispormos de meios para grafar **u** com *til.*)

Quanto às composições de caráter literário, João Soares de Paiva, em 1196, escreve cantigas de maldizer. Vejamos o exemplo de uma cantiga de escárnio intitulada “Ora Faz ost'o senhor de Navarra”:

*“Ora faz ost’o senhor de Navarra,
pois en Proenç’est’el-Rei d’Aragon;
non lh’an medo de pico nen de marrra
Tarraçona, pero vezinhos son;
nen an medo de lhis poer boçon
e riir-s’an muit’Endurra e Darra;
mais, se Deus traj’o senhor de Monçon
ben mi cuid’eu que a cunca lhis varra.*

*Se lh’o bon Rei varrê-la escudela
que de Pamplona oístes nomear,
mal ficará aquest’outr’en Todela,
que al non á a que olhos alçar:
ca verrá i o bon Rei sejournar
e destruir atá burgo d’Estela:
e veredes Navarros lazerar
e o senhor que os todos caudela.*

*Quand’el-Rei sal de Todela, estrêa
ele sa ost’e todo seu poder;
ben sofren i de trabalh’e de pëa,
ca van a furt’e tornan-s’en correr;
guarda-s’el-Rei, comde de bon saber,
que o non filhe a luz en terra alhëa,
e onde sal, i s’ar torn’a jazer
ao jantar ou se on aa cëa.”*

As poesias reunidas nos “Cancioneiros” e, ainda, na prosa dos cronistas como Fernão Lopes, Gomes Eanes Zuara e Rui de Pina são textos que documentam este período arcaico.

Somente a partir do século XVI, fase do período moderno, a língua portuguesa se uniformiza e adquire características do português atual.

Segundo Carvalho e Nascimento (idem), por influência dos humanistas do Renascimento, o século XV ficou marcado por um aperfeiçoamento e enriquecimento linguístico. Ao mesmo tempo em que se procurava, em nível das artes e das letras, imitar os modelos latinos, tentava-se igualmente aproximar a Língua Portuguesa da língua mãe. Aparece, em 1572, a obra de Luis de Camões, os Lusíadas, marco histórico do nosso idioma e monumento literário e linguístico. Sobre a publicação dos Lusíadas (1572), Coutinho (1976, p. 57) afirma que:

Constitui esta obra a verdadeira epopéia nacional portuguesa. Nela se acham retratados o espírito de aventura, a resistência no sofrimento, as qualidades guerreiras, o heroísmo, numa palavra, todas as grandes virtudes da nação portuguesa. Não é Vasco da Gama o herói do poema. A descoberta do caminho marítimo para a Índia foi apenas o pretexto para Camões escrever o seu imortal

poema. O assunto é a história de Portugal, rica de episódios e de lances dramáticos. O seu herói é o próprio povo português.

É neste mesmo século que surgem as primeiras tentativas de gramaticalização da língua. Fernão de Oliveira edita, em 1536, a primeira Gramática da Língua Portuguesa, intitulada “**Gramatica da Lingoagem Portugueza**”. Em 1540, João de Barros escreve, com o mesmo título, a segunda gramática da língua portuguesa.

Foi também a partir do século XV, através da expansão marítima, que os portugueses descobrem novas terras e a elas levam a sua língua estendendo, deste modo, o espaço geográfico em que a Língua Portuguesa serve, com mais ou menos alterações, relativamente, à do povo que a divulgou, de língua de comunicação em várias nações do mundo. Discorreremos no próximo tópico sobre a história da língua portuguesa no Brasil.

1.2 - História da língua portuguesa no Brasil

Português brasileiro ou português do Brasil é o termo utilizado para designar a variedade da língua portuguesa falada pelos mais de 193 milhões de brasileiros que vivem dentro e fora do Brasil, sendo a variante do português mais falada, lida e escrita do mundo.

Segundo dados de 1995 do Summer Institute of Linguistics, da Universidade do Texas, Estados Unidos, o português é a sexta língua mais falada no mundo e a língua materna de 170 milhões de falantes. É, ainda, o idioma oficial de sete países, todos eles ex-colônias portuguesas e além dos falantes nativos, 12 milhões de pessoas utilizam o português como segunda língua no mundo.

Foi em meados do século XVI que o português instalou-se no Brasil. O português do Brasil formou-se da interação entre a língua do colonizador, que se refere à língua de prestígio e poder; as numerosas línguas indígenas brasileiras (principalmente o tupi, língua falada em toda costa brasileira e, por algum tempo, língua geral do Brasil colônia); as línguas africanas provenientes do tráfico negreiro e as línguas dos que imigraram da Europa e da Ásia, a partir dos meados do século XIX.

Segundo Oppido (2008), quando os portugueses chegaram ao Brasil, tinham a intenção de explorar as terras; porém, em cada lugar conquistado deixavam a língua, meio de comunicação e de domínio que, com o tempo, se incorporava às novas culturas, misturando-se com línguas já existentes e as que viriam através dos tempos.

No início do século XVI, época dos primeiros contatos de portugueses com o Brasil, o sistema verbal conhecido era denominado “língua de preto”, que permitia o uso variável de flexões verbais e nominais. Em 1532, com a atribuição de quinze capitanias hereditárias, começa a colonização portuguesa.

A língua dos índios Tupinambás (tronco Tupi) era falada numa enorme extensão da costa atlântica, quando ocorreu a colonização portuguesa no Brasil. E como os portugueses eram minoria, eles passaram a aprender essa língua. Aos poucos a língua tupinambá tomou intensidade e foi se generalizando de tal forma que passou a ser falada por quase toda a população do sistema colonial brasileiro.

Ilari (1997, p. 239), afirma que:

[...] o português se sobrepôs às línguas indígenas, favorecido entre outras razões pela extrema fragmentação do quadro linguístico ameríndio, atualmente classificado em dois grandes troncos (Tupi e Macro-Jê), e em diversas famílias: Karib, Aruák, Arawá, Tukano, Makú, Yanománi e outras.

Mattos e Silva (2000, p. 36) afirma que o português brasileiro, como sabemos, resulta sem dúvida do contato entre falantes do português europeu, língua hegemônica de dominação, com os falantes das numerosas línguas indígenas autóctones, com as chamadas *línguas gerais indígenas*, e ainda do contato com os falantes africanos, de várias línguas, e seus descendentes e, a partir do século XIX, com os falantes dos diversificados grupos de imigrantes que aqui se estabeleceram. Constitui-se, assim, o português brasileiro, em um complexo contexto multilinguístico que há de ser rigorosamente escrutinado para que se possa afirmar de que decorre o que tipifica, numa perspectiva histórica, o português brasileiro.

Ainda, segundo Ilari (1997), o português seria mais extensivamente exposto à influência das línguas africanas, pois de 1538 a 1855 foram trazidos 18 milhões de escravos negros, sujeitos a um contato mais intenso com a população branca. Estima-se em 300 o número de palavras africanas que foram incorporadas ao léxico do português brasileiro. A maioria do vocabulário está ligada à religião e à cozinha afro-brasileira, palavras como: caçula, moleque e samba. A influência africana no português do Brasil deve-se principalmente aos Iorubas, originários da costa oeste africana, vindos da Nigéria.

Segundo Teyssier (2004), a história do português no Brasil pode ser observada em três períodos distintos, considerando como elemento definidor o modo de sua relação com as demais línguas praticadas no Brasil desde 1500.

O primeiro momento começa com o início da colonização até a chegada de D. João VI (1808). Neste período, o português convive no território que é hoje o Brasil, com as línguas indígenas. Pouco mais de um milhão de indígenas falavam cerca de 300 línguas diferentes.

Ainda, de acordo com Teyssier (2004, p. 95), durante muito tempo o português e o tupi tiveram lado a lado, como períodos de bilinguismo. Era um tupi simplificado, gramaticalizado pelos jesuítas que, posteriormente, tornou-se língua comum.

Conforme Ilari (2006), a língua geral entra em decadência entre 1654 a 1808, limitando-se às povoações do interior e aos aldeamentos dos jesuítas, fortalecendo o português pela costa, praticando-se falares crioulos, índios e africanos no interior.

Para Teyssier (2004, p. 95):

Vários fatores contribuíram para o enfraquecimento da língua geral, entre as quais a chegada de numerosos imigrantes portugueses seduzidos pela descoberta das minas de ouro e diamantes e o Diretório criado pelo marquês de Pombal em 3 de maio de 1757, cujas decisões, aplicadas primeiro ao Pará e ao Maranhão, se estenderam, em 17 de agosto de 1758, a todo o Brasil.

Um dos principais objetivos do Diretório era proibir o uso da língua geral na colônia e o seu ensino nas escolas e obrigar-se oficialmente o uso da língua portuguesa. Então, os índios não poderiam usar oficialmente nenhuma outra língua que não fosse a portuguesa. Em agosto de 1759, um alvará renova a Lei do Diretório tornando-se obrigatório o uso da língua portuguesa, é aí que o português passa a ser a língua oficial do Estado e a língua mais falada do Brasil.

A chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808 marca o início do segundo momento do português no Brasil e caracteriza o fortalecimento da língua portuguesa e o fim do bilinguismo.

Conforme Teyssier (2004, p. 96), a família real, mais propriamente o príncipe regente, que se tornará o rei D. João VI, se refugia no Brasil, em razão da invasão do país pelas tropas de Napoleão Bonaparte, com toda sua Corte, ocasionando um reaportuguesamento intenso da língua falada nas grandes cidades. Os 15.000 portugueses que chegam com a Corte, contribuem para “relusitanizar” o Rio de Janeiro. Esse fato lança o Brasil ao mundo exterior e toma iniciativas que irão acelerar o seu progresso material e cultural.

No ano de 1995 foi lançado no Brasil um filme Brasileiro chamado *Carlota Joaquina: Princesa do Brasil* de Carla Camurati, que é uma paródia da história luso-brasileira; sem compromisso com a transposição para a tela de novidades ou mesmo do rigor da historiografia, focaliza as Cortes de Espanha, Portugal e Brasil, a transferência da Corte

portuguesa para o Rio de Janeiro no contexto das guerras de Napoleão e o retorno do rei Dom João VI e sua família a Portugal, em abril de 1821, centrando-se nas personagens históricas de Dom João VI, de Dona Carlota Joaquina, de Dona Maria I e Dom Pedro I.

Carlota Joaquina: Princesa do Brasil foi produzido em meio a transformações políticas e econômicas sensíveis por que passava o país na primeira metade da década de 90 do século passado, driblando os inúmeros obstáculos econômicos que afetavam o cinema nacional, apropriando-se da história luso-brasileira da passagem do século XVIII para o século XIX de modo bastante peculiar.

Em uma entrevista que a cineasta Carla Camurati deu a Prêmio Claudia em 1996, ela diz que “um povo só pode compreender o seu presente a partir do conhecimento do que foi o seu passado. Com essa ideia na cabeça é que realizei *Carlota Joaquina: Princesa do Brasil*”. (Carla Camurati: Motivo da indicação, 1996).

Com a chegada da Corte ao Brasil em 1808, foi introduzida também a impressão tipográfica criando, assim, o primeiro jornal do Brasil, chamado de Gazeta do Rio de Janeiro, fatos esses que marcaram uma época decisiva na história do português brasileiro.

Em 1821 D. João VI regressa a Portugal, finalizando este período e deixa a colônia pronta para a independência.

O terceiro momento da língua portuguesa se dá com a Independência do Brasil, em 1822. Após a independência, o português no Brasil sofreu influências de imigrantes europeus que se instalaram no Centro e Sul do país. Isso explica certas modalidades de pronúncia e algumas mudanças de léxico existentes entre as regiões do Brasil, variando de acordo com o fluxo migratório que cada uma recebeu.

Teyssier (2004, p. 97) argumenta que o Brasil afasta-se de suas origens indígenas como consequência da independência e passa a valorizar a cultura francesa, acolhendo também imigrantes europeus de outras nacionalidades como alemães e italianos, fato que contribui para o branqueamento do Brasil. Com a explosão demográfica e com o crescimento econômico, o antigo Brasil rural transformou-se, nos nossos dias, num “subcontinente”. É nas vastas megalópoles de São Paulo (7 milhões de habitantes) e do Rio de Janeiro (5 milhões), assim como nas outras cinco cidades de mais de um milhão de habitantes (Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Fortaleza), que se elabora, nos dias de hoje, a forma particular de português que é a língua do Brasil.

Nota-se que a língua portuguesa no Brasil não se deu em um só momento, mas sim durante todo o período de colonização, entrando em relação constante com outras línguas e com portugueses de várias regiões de Portugal.

1.3 – Características da Língua Portuguesa do Brasil

O português europeu sofreu várias mudanças e o português do colonizador que vai colonizar o Brasil já não é aquele português que surge com a separação do galego-português.

O Brasil era povoado de índios quando os portugueses se instalaram no país e, posteriormente, um grande número de escravos foi importado da África. Segundo Teyssier (2004, p. 93-4), o português europeu, o índio e o negro constituem, durante o período colonial, as três bases da população brasileira. Mas, no que se refere à cultura, a contribuição do português foi de longe a mais importante.

O português europeu teve menos influência sobre o português brasileiro devido à língua tupi ou tupi guarani ser uma língua muito falada no território brasileiro pelos índios e os vocábulos de origem africana trazidos pelos escravos africanos tiveram uma maior notoriedade no processo de construção da língua portuguesa no Brasil.

Conforme Teyssier (2004, p. 110), a influência africana no português do Brasil, que em alguns casos chegou também à Europa, veio principalmente do iorubá, falado pelos negros vindos da Nigéria (vocabulário ligado à religião e à cozinha afro-brasileiras), e do quimbundo angolano (palavras como caçula, moleque e samba). Das línguas indígenas, o português herdou palavras ligadas à flora e à fauna, nomes próprios e geográficos.

Após o Brasil tornar-se independente de Portugal, o país passa por um período de nacionalismo e de busca por autonomia. No que diz respeito à literatura, vale esclarecer que alguns escritores mantinham-se fiéis aos portugueses europeus, enquanto outros procuravam introduzir na literatura uma língua mais próxima da usada pelo povo. A rivalidade existente entre os inovadores e conservadores teve uma grande contribuição para o enriquecimento da língua portuguesa.

O Brasil é considerado um país multicultural, onde todas as raças se encontram. Uma das condições para caracterizar o português brasileiro e distingui-lo em determinados aspectos do português europeu foi essa abundância de culturas diversas. Outro fator foi a variedade geográfica existente no nosso país.

Segundo Teyssier (2004, p. 98), há, hoje, na língua do Brasil, uma certa diversidade geográfica. Os linguistas vêm tentando elaborar o mapa dos “dialetos” brasileiros, à semelhança do que se tem feito para as línguas européias.

Cada região possui uma diversidade na língua, uma maneira diferente de falar determinada palavra dependendo da região em que o falante se encontra. Podemos citar como exemplo a palavra *abóbora*, que no nordeste do Brasil é chamada de *jirimum*.

Vale ressaltar, também, que a língua pode ser utilizada de uma ou de outra forma, de acordo com a instrução educacional dos indivíduos.

Teyssier (2004, p. 98) afirma que:

As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra. [...] Há, desse ponto de vista, uma série de níveis no 'brasileiro': no ápice, a língua das pessoas cultas [...]; depois, a língua vulgar das camadas urbanas gradativamente menos instruídas, e, finalmente os falares regionais e rurais.

Alguns autores argumentam que o português do Brasil seguiu as características do português europeu do Centro-Sul. No entanto, dados históricos provam que a grande maioria dos imigrantes portugueses que se instalaram no Brasil durante, não só o período colonial mas também no período pós-colonial, eram oriundos das regiões Norte/Nordeste do País, o que sugere que o português do Brasil poderá ter uma grande influência dos dialetos setentrionais de Portugal.

Em relação à fonética e fonologia, no que diz respeito à pronúncia chiante de *s* e *z*, Teyssier (idem, p. 99) afirma que o português do Brasil não mais seguiu, ou seguiu apenas parcialmente, as inovações européias. Vejamos alguns aspectos conservadores da fonética brasileira.

Na maior parte do Brasil, os *-s* e *-z* em final de palavra ou diante de consoante surda são realizados como [s] (como em "atrás" ou "uma vez") ou como [z] diante de consoante sonora ("desde"), em vez de [ʃ] e [ʒ] como em Portugal.

No que diz respeito à pronúncia das vogais átonas, Teyssier (2004, p. 100) assim explica:

Em posição átona final o falante brasileiro, com exceção dos falantes do extremo sul do país, pronuncia [u] o *-o* gráfico, tal como o português de hoje, mas diz [i] por *-e*, ignorando completamente a realização [ɐ̃]; ex.: *passo* pronunciado [pás^u], *passé* pronunciado [pásⁱ]. Conservou-se, logo, no "brasileiro" a situação que era a do português europeu da primeira metade do século XVIII [...].

Por outro lado, certas inovações fonéticas ocorridas no português europeu no século XIX foram ignoradas no Brasil: manteve-se a pronúncia [ej] em ditongos como do "ei" em "primeiro", versus a pronúncia [ɛj]; a pronúncia do "e" tônico como [e], versus [ɛ], em palavras como "espelho" ou "vejo".

Em relação aos aspectos inovadores da fonética brasileira temos diferenças entre a fonética do português europeu e do português brasileiro. Entre outros, assinalam-se os

seguintes: Desaparição da oposição entre timbre aberto e fechado nas vogais tônicas *a*, *e* e *o* seguidas de consoante nasal (ex: "vênia" vs. "vénia", "Antônio" vs. "António"). Teyssier (2004, p. 102), afirma que o mesmo fenômeno ocorre nas vogais das sílabas pretônicas, enquanto Portugal opõe o /ã/ de *cadeira* ao /a/ de *padeira*, o /ê/ de *pregar* ao /e/ de *prègar*, [...] o Brasil conhece apenas /A/, /E/ e /O/, realizados, respectivamente, como [a], [e] e [o] no Centro-Sul.

Nota-se que as pronúncias das vogais no Brasil diferem-se e muito da pronúncia de Portugal.

Mudando o foco para a morfologia e sintaxe, também encontramos aspectos conservadores e inovadores no português do Brasil. Em relação aos brasileirismos pertencentes a língua normal, a construção *estar + gerúndio* domina no Brasil, versus a construção *estar + a + infinitivo* que se tornou dominante no português padrão europeu (mas o uso do gerúndio permanece nas classes populares do Sul de Portugal e das ilhas da Madeira e Açores) (ex: "estou escrevendo" vs. "estou a escrever").

No Brasil pode-se utilizar o pronome possessivo sem ser precedido de artigo, ao contrário do que acontece em Portugal (ex: "meu computador" vs. "o meu computador").

A colocação dos pronomes átonos é diferente no Brasil e em Portugal, apenas na fala. Na escrita, as regras são as mesmas. No entanto, prefere-se sempre o uso da próclise (pronome antes do verbo); ênclise (depois do verbo), apenas em formalidades; e mesóclise (no meio, como construir-te-ia), quase nunca usada. Exemplo: "Me diga uma coisa" (Brasil), vs. "Diga-me uma coisa" (Portugal), "Pode me dizer" (Brasil) vs. "Pode dizer-me" (Portugal).

Portanto, podemos observar uma tendência à adoção de tratamentos mais simples no português do Brasil.

Em relação ao vocabulário, Teyssier (2004, p. 108), afirma que o português do Brasil, possui um vocabulário que, em parte, se distancia do de Portugal, ou seja, a forma escrita de certas palavras é diferente nos dois países; ex: *diretor*, *ação*, *ótimo* no Brasil – *director*, *acção*, *ótimo* em Portugal.

Ainda que o léxico brasileiro seja o mesmo que o do português europeu, existe uma série de peculiaridades que podem gerar confusão e desentendimentos entre os falantes das duas variantes. Há ainda as palavras que, apesar de estarem dicionarizadas em ambos os países (Brasil e Portugal), não são utilizadas por um ou por outro, gerando a mesma estranheza quando ouvidas ou lidas por um falante da outra variante. Pode-se observar palavras que têm um sentido em Portugal e outro no Brasil, a partir de alguns exemplos retirados, sobretudo, de Teyssier (2004, p.108):

Portugal

Comboio

Eléctrico

Hospedeira

Corta-papel

Fato

Brasil

Trem

Bonde

Aeromoça

Espátula

Terno

Devido à colonização portuguesa realizada no Brasil, os colonizadores se misturaram com os indígenas que aqui viviam e com os negros vindos da África, o que ocasionou uma diversificação vocabular. Segundo Teyssier (2004, p. 109 - 10):

É do tupi que provêm as palavras *capim*, *cupim* [...] *cunhã*, *moleca*. O vocabulário da flora brasileira de origem tupi é considerável. Ex.: *abacaxi*, *buriti*, *carnaúba*, *mandacaru*, [...] uma série de nomes de árvores como *peroba*, *canjamara*, [...] *ipê*, *cipó*, e nomes de frutas como *pitanga*, *maracujá*, *jaboticaba*, *caju*. A mesma riqueza vocabular nota-se com relação [...] a maior parte dos peixes, desde o *acará* até à carnívora *piranha*; a maior parte dos pássaros, do *araponga* ao sinistro *urubu*, [...] sem esquecer do harmonioso *sabiá*. [...] Palavras de origem tupi entram em locuções familiares; ex.: *andar na pindaíba*, *estar de tocaia*, *cair na arataka*. É por todo esse vocabulário tipicamente brasileiro, assim como pela toponímia (ex.: *Aracaju*, *Guanabara* [...] *Tijuca*), que a velha língua geral como que sobrevive.

Ainda, segundo Teyssier (2004, p. 110), em relação ao vocabulário de origem africana, o vocabulário brasileiro de origem africana levanta problemas complexos. Certas palavras passam diretamente da África a Portugal, sem transitar pelo Brasil e foram, posteriormente, introduzidas no país pelos portugueses. É o caso da palavra africana *inhame*. Duas línguas africanas tiveram um papel particularmente importante no Brasil: o *ioruba* (falado atualmente na Nigéria) e o *quimbundo* (falado em Angola). O *ioruba* é um vocabulário falado especialmente na Bahia e o *quimbundo*, mais rico de vocabulário e de expressão, no resto do país.

Portanto, pudemos observar que o português brasileiro possui influência dos portugueses, dos indígenas e dos africanos que, por sua vez, sofreram influência de variadas línguas. E a chamada miscigenação existente no Brasil tem reflexos diretos na língua portuguesa brasileira.

Este apanhado sobre as origens da língua portuguesa foi realizado com intuito de situar o leitor sobre o assunto e os diversos contatos que esta língua sofreu desde sua origem.

A seguir, no capítulo II, falaremos sobre as Reformas Ortográficas da Língua Portuguesa, os Acordos Ortográficos ocorridos ao longo dos anos, bem como o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, as recomendações da Academia Brasileira de Letras (ABL) e do Ministério da Educação (MEC); as críticas e os países atingidos.

CAPÍTULO II

SOBRE AS REFORMAS E ACORDOS ORTOGRÁFICOS

Até o início do século XX, tanto em Portugal como no Brasil, seguia-se uma ortografia que, por regra, se baseava nos étimos latino ou grego para escrever cada palavra.

Em 1911, no seguimento da implantação da república em Portugal, foi levada a cabo uma profunda reforma ortográfica — a Reforma Ortográfica de 1911 — que modificou completamente o aspecto da língua escrita, aproximando-o muito do atual. No entanto, esta reforma foi feita sem qualquer acordo com o Brasil, fato que levou os dois países a passarem a ter duas ortografias completamente diferentes: Portugal com uma ortografia reformada, o Brasil com a ortografia tradicional (dita pseudoetimológica).

Ao longo dos anos seguintes, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras foram protagonizando sucessivas tentativas de estabelecimento de uma grafia comum a ambos os países. Foi a partir daí que surgiram vários Acordos, entre eles, o mais importante de todos, o Acordo Ortográfico de 1990, que entrou em vigor no Brasil em janeiro de 2009, que estudaremos neste capítulo.

2.1 - Sobre as Reformas Ortográficas

Conforme Vieira (2004), a palavra ortografia vem do grego, *orthós* e *graphos*. *Orthós* quer dizer direito, reto, exato (correto) e *graphos* significa a ação de escrever (escrita). A ortografia estuda a ação de escrever de forma correta, através do emprego adequado das letras e sinais gráficos, que são convencionados e oficialmente sancionados; no entanto, a ortografia é artificial, ao contrário da língua oral, que é natural.

Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2004), *Reforma* significa o “ato ou efeito de reforma, mudança para melhor, reparação, conserto”; ou seja, a reforma ortográfica aconteceu para reformar e melhorar a língua portuguesa.

A ortografia da língua portuguesa sofreu, através dos séculos, uma série de modificações a fim de uma uniformidade para que os países falantes dessa língua pudessem fazer o uso de uma mesma grafia.

Segundo Ernani & Nicola (1996, p. 10), o padrão ortográfico ideal seria aquele em que cada letra representasse um único fonema e cada fonema fosse representado por uma única letra. Na realidade, em maior ou menor grau, todos os idiomas estão longe desse sistema ideal.

O período histórico da ortografia portuguesa abrange três fases: a da ortografia fonética, a fase do período pseudoetimológico e o período da fase simplificada.

O período fonético, que vai do século XII ao século XVI, corresponde à época do português arcaico e inicia-se com os primeiros documentos redigidos em português. A escrita neste período caracteriza-se pela forte tendência em ortografar as palavras como eram pronunciadas; porém, a ausência de uma normalização ortográfica conduzia a uma variação na representação dos sons da linguagem falada. Nesta época, não havia um padrão para a escrita, no entanto, em um mesmo documento podiam aparecer os mesmos vocábulos grafados de formas diversas. Logo, escrevia-se como se falava.

De acordo com Ernani & Nicola (1996, p. 11), nesse período, a língua portuguesa passa por uma rápida evolução fonética, os registros adotam ora padrões antigos, ora novas soluções, o que evidentemente variava de acordo com cada região. Isso explica a falta de unidade ortográfica do português arcaico.

O período pseudoetimológico inicia-se na segunda metade do século XVI e prolonga-se até 1911, ano em que é decretada a reforma ortográfica. Em 1904, o filólogo Gonçalves Viana publica em Portugal, a Ortografia Nacional, na qual apresenta proposta de simplificar a ortografia; porém, tal proposta não é adotada nesse período. Esse período caracteriza pela tentativa de separar a escrita da pronúncia e fazê-la retroceder até sua origem (o grego ou latim). De acordo com Houaiss, (2008, p.18):

A grafia do latim passa a ser o modelo da escrita do português, que, então absorve usanças ortográficas clássicas. É o tempo dos **rh** (como em *rhomboidal*), **th** (como em *theatro*), **ph** (como em *phosphoro*) e **ch** (com som de \k\, como em *chrisma*). Esse desenvolvimento dificultou a escrita e chegaram a fixar-se grafias errôneas para algumas palavras como *egreja* e *eschola*. No final desse ciclo, já ocorre uma tentativa de simplificação do sistema ortográfico.

O período simplificado, que vai de 1911 até nossos dias, retoma os princípios estabelecidos por Viana em 1904. Segundo Houaiss (2008), Viana propõe a eliminação dos fonemas gregos **th**, **ph**, **ch** \k\, **rh** e **y**, eliminação das consoantes “mudas”, quando não influenciam na pronúncia da vogal que as precede: *licção* (=lição), *dacta* (=data) e a regularização da acentuação gráfica.

Em 1911, o governo português nomeou uma comissão formada por vários filólogos (entre os quais se destacava Gonçalves Viana), visando estabelecer uma ortografia simplificada e uniforme de modo a ser usada nas publicações oficiais e no ensino. Foi em

1911 que ocorre a Primeira Reforma Ortográfica em Portugal, com o objetivo de uniformizar a escrita. A Ortografia de 1911 não foi extensiva ao Brasil.

Para Houaiss (2008, p.19)

Deve-se, portanto, a Gonçalves Viana a proposta de simplificação ortográfica que inspiraria a feição das ortografias praticadas em Portugal e no Brasil ao longo do século XX. Portugal realizou sua reforma em 1911, mas os entendimentos entre os dois países para uma ortografia comum só teriam iniciado em 1924 e culminariam em 1931 com a adoção pelo Brasil, da ortografia simplificada.

Conforme Ernani & Nicola (1996, p. 13), antes disso, em 1907, a Academia Brasileira de Letras havia tratado de efetuar uma reforma ortográfica. “[...] o sistema por ela proposto encontrou críticos dentro da própria academia, de modo que acabou por ser esquecido”. Somente em 1930, a reforma ortográfica voltou a ser discutida no Brasil.

A questão das reformas ortográficas da língua portuguesa não é recente. Segue abaixo uma breve cronologia das reformas ortográficas da língua portuguesa.

Séc XVI até séc. XX - Em Portugal e no Brasil a escrita praticada era de aspecto etimológico (a raiz latina ou grega determinava a forma de escrita das palavras com maior preponderância).

1885 – Até esta altura a grafia é essencialmente etimológica. Nesta data publica-se as *Bases da Ortografia Portuguesa*, de Gonçalves Viana

1907 – A Academia Brasileira de Letras começa a simplificar a escrita nas suas publicações.

1910 – Implantação da República em Portugal – é nomeada uma Comissão para estabelecer uma ortografia simplificada e uniforme a ser usada nas publicações oficiais e no ensino.

1911 – Primeira Reforma Ortográfica – tentativa de uniformizar e simplificar a escrita, mas que não foi extensiva ao Brasil.

1915 – A Academia Brasileira de Letras resolve harmonizar a sua ortografia com a portuguesa.

1919 – A Academia Brasileira de Letras revoga a sua resolução de 1915.

1924 – A Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras começam a procurar uma grafia comum.

1929 – A Academia Brasileira de Letras altera as regras de escrita.

1931 – É aprovado o primeiro Acordo Ortográfico entre o Brasil e Portugal, que visa suprimir as diferenças, unificar e simplificar a língua portuguesa. Contudo, este acordo não é posto em prática.

1938 – São sanadas algumas dúvidas quanto à acentuação de palavras.

1943 – É redigido o Formulário Ortográfico de 1943, na primeira Convenção Ortográfica entre Brasil e Portugal.

1945 – Um novo Acordo Ortográfico torna-se lei em Portugal, mas não no Brasil, por não ter sido ratificado pelo governo; os brasileiros continuam a regular-se pela ortografia do Vocabulário de 1943.

1971 – São promulgadas alterações no Brasil, reduzindo as divergências ortográficas com Portugal.

1973 – São promulgadas alterações em Portugal, reduzindo as divergências ortográficas com o Brasil.

1975 – A Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras elaboram novo projeto de acordo, que não é aprovado oficialmente.

1986 – O presidente do Brasil, José Sarney, promove um encontro dos então sete países de língua oficial portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, no Rio de Janeiro. É apresentado o *Memorando Sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. O Acordo Ortográfico de 1986*, que resulta deste encontro, é amplamente discutido e contestado pela comunidade linguística, nunca chegando a ser aprovado.

1990 – A Academia das Ciências de Lisboa convoca novo encontro, juntando uma Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. As duas Academias elaboram a base do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. O documento entraria em vigor, de acordo com o seu artigo 3º, no dia "1 de Janeiro de 1994, após depositados todos os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo português".

1995 – O *Acordo Ortográfico de 1990* é apenas ratificado por Portugal, Brasil e Cabo Verde, embora o texto previsse a sua implementação em toda a Lusofonia no início de 1994.

1996 – O Acordo Ortográfico é apenas ratificado por Portugal, Brasil e Cabo Verde.

1998 – Na cidade da Praia é assinado o *Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, retirando-se do texto a data de implementação. Mantém-se a condição de que todos os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) devem ratificar as normas propostas no *Acordo Ortográfico de 1990* para que este seja implementado.

2002 – Timor-Leste torna-se independente e passa a fazer parte da CPLP.

2004 – Os ministros da Educação dos vários países da CPLP reúnem-se em Fortaleza, no Brasil, para a aprovação do *Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*. Fica assim determinado que basta a ratificação de três membros para que o *Acordo Ortográfico* possa entrar em vigor e Timor-Leste passa a integrar a CPLP.

2006 – Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe ratificam o documento, possibilitando a entrada em vigor do Acordo Ortográfico de 1990.

2008 – O Acordo Ortográfico de 1990 é aprovado por Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Brasil e Portugal, sendo esperada a sua implementação no início de 2010.

2009 – Entrada em vigor do *Acordo Ortográfico de 1990* no Brasil. Atualmente, além de Portugal e do Brasil, também São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Timor-Leste e Guiné-Bissau ratificaram o Acordo Ortográfico de 1990, embora estes últimos não o tenham implementado. Fica apenas a faltar a ratificação de Angola e Moçambique.

2009/2012 – Período de transição, com a coexistência de duas normas: a anterior ao Acordo de 1990 e a do próprio Acordo.

2013 - Vigência somente do Acordo de 1990.

2.2 - Sobre os Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa

Conforme o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2004), *Acordo* significa, entre outros significados, “um tratado, um pacto, uma concordância de vontades para determinado fim jurídico”; e foi isso o que ocorreu, quando sete países de língua oficial portuguesa, que tinham um único objetivo, que era a unificação da ortografia da língua portuguesa, firmaram o Acordo ortográfico.

Quando nos referimos ao Acordo Ortográfico, referimo-nos a um Acordo assinado em 1990 entre os sete países de língua oficial portuguesa de então, que estabelece normas ortográficas, ou seja, regras de como escrever palavras. Vale ressaltar que o Acordo Ortográfico não altera a pronúncia de qualquer palavra, apenas a escrita.

Conforme falado anteriormente, a reforma ortográfica só voltou a ser discutida no Brasil em 1930, e foi a partir daí que surgiram vários Acordos.

De acordo com Winter (2009), em 15 de junho de 1931 foi assinado pela Academia das Ciências de Lisboa e a Academia de Letras do Brasil o primeiro Acordo Ortográfico entre Brasil e Portugal, que não produziu a tão almejada unificação dos dois sistemas. Dois anos depois, esses dois países negociaram um novo acordo, mas, devido a condições políticas, a

Constituição Brasileira de 1934 determinou a volta do sistema anterior. Foi necessário, então, um novo entendimento entre os países, do qual resultou a Convenção Luso-Brasileira de 1943 que revigorou o Acordo de 1931. Ainda, segundo Winter (2009, p.19)

É essa “Ortografia de 1943” que está em vigor, no Brasil, até dezembro de 2008, consubstanciada no Pequeno Vocabulário da Língua Portuguesa (imprensa Nacional, 1943), elaborado pela Academia Brasileira de Letras, Acordo que simplificou consideravelmente a ortografia, suprimindo, por exemplo, consoantes dobradas ou insonoras, vindas do latim (*officio, attento, psalmo*), abolindo símbolos gregos (*ph de pharmacia, ch de chimica, th de teatro*), buscando a etimologia para correção das palavras (*persicum-pessêgo*) e sistematizando o uso dos acentos gráficos.

Mais tarde, as normas do Acordo de 1943 foram somadas às alterações determinadas pela Lei 5.765, de 18/12/1971; essas alterações simplificaram a ortografia, restringindo o emprego do acento circunflexo diferencial e o uso do trema e aboliu o acento gráfico que assinalava a sílaba subtônica. Essas alterações determinadas por lei reduziram bastante as diferenças de ortografia, mas persistem importantes divergências. O Acordo Ortográfico não introduz uma completa uniformização na grafia das palavras mas, naturalmente, a redução ao mínimo possível das diferenças é um dos objetivos. Com o acordo escreveremos as palavras nos países de língua portuguesa de harmonia com uma única norma.

Em 1945 ocorre uma reunião em Lisboa entre Brasil e Portugal, onde surgiram conclusões complementares do Acordo de 1931, tendo como resultado a Ortografia de 1945, que perdurou até hoje em Portugal, porém, não no Brasil, devido a questões políticas.

Mas haveria novas modificações na ortografia da língua portuguesa, conforme afirma Winter (2009, p. 21-2), idealizado em 1986, no Rio de Janeiro, por ocasião do primeiro encontro, e seguido de outro, em 1989, em São Luís do Maranhão, considerado as raízes da CLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi aprovado em Lisboa, em 12/10/1990, e assinado em 16 de dezembro do mesmo ano.

Neste encontro foi dado o primeiro passo para o estabelecimento de um amplo Acordo Ortográfico. Houaiss (2008, p. 24), afirma que:

Do trabalho desse grupo resultou um projeto de acordo que foi, posteriormente, avaliado como demasiado drástico, por propor uma simplificação do sistema de acentuação gráfica e a supressão dos acentos nas palavras proparoxítonas e paroxítonas. Tal tentativa de composição acabou por ser posta de lado, por força da grande oposição às alterações sugeridas que sofreu.

Houve então uma retomada de entendimentos visando à unificação, o que resultou no Acordo Ortográfico de 1990, aprovado em Lisboa, no dia 12 de outubro desse mesmo ano; este acordo previa que as mudanças entrariam em vigor no dia 1 de janeiro de 1994, quando todos os países envolvidos já deveriam ter ratificado a reforma. No entanto, até essa data, apenas o Brasil, Portugal e Cabo Verde haviam ratificado as mudanças, fazendo com que a reforma não entrasse em vigor e o acordo passou então por protocolos modificativos.

O primeiro Protocolo Modificativo retirou o prazo para a ratificação, porém manteve a necessidade de aprovação por todos os países de Língua Portuguesa.

Segundo Winter (2009) em 1991, Portugal foi o primeiro Estado-membro a ratificar o Acordo original, que entraria em vigor no dia 01.01.1994, após ratificação e elaboração de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa. Somente em 1995 o Brasil aprovou o texto original do Acordo e Cabo Verde, em 1998. Como as determinações do Acordo original não foram cumpridas no tempo previsto, em julho de 1998 foi aprovado o Primeiro Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, conclamando que as providências fossem tomadas, mas na ratificação, por todos os Estados participantes.

O Segundo Protocolo Modificativo foi aprovado em São Tomé e Príncipe, em julho de 2004, sendo o teor deste a permissão para que o Acordo de 1990 pudesse vigorar com a ratificação de apenas três países, mesmo assim aguardava-se a adesão de Portugal por ser o país originário da língua portuguesa. Depois de muita discussão, no dia 16.05.2008, finalmente Portugal ratificou o Segundo Protocolo Modificativo, com um prazo de até seis anos para que a reforma ortográfica viesse a ser totalmente implantada naquele país. No Brasil ela foi prevista para entrar em vigor em 01.01.2009, segundo Winter (2009, p.23):

[...] será o primeiro país a pôr em prática o novo acordo; no entanto, a adaptação à nova grafia deverá ir até 2012, período em que conviverão as duas normas: a atual e a nova. Decretos elaborados pelos ministérios da Educação, das Relações Exteriores e da Cultura, que estabelecem as regras para serem adotados durante a transição, foram assinados pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em solenidade na sede da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, em presença de embaixadores de Portugal, Angola e Moçambique, em 29.09.2008, num pleito a Machado de Assis, exatamente na data comemorativa do centenário de sua morte.

Ao firmarem o Acordo, Brasil, Portugal e demais países, consolidaram o mais recente instrumento de unificação ortográfica. No entanto, esse Acordo é, na verdade, mais importante do ponto de vista político do que linguístico, uma vez que deve facilitar a redação

de documentos internacionais, em uma única versão do português e, conseqüentemente, permitir o ingresso da língua portuguesa nos organismos internacionais.

Convém aqui salientar que, o que acontece nos acordos ortográficos é sempre resultado de consensos com objetivos distintos, sendo que o principal deles é que a língua portuguesa tenha um padrão ortográfico único no mundo.

Para melhor compreensão do presente trabalho, falaremos no próximo tópico sobre O Novo Acordo Ortográfico, as recomendações da Academia Brasileira de Letras e Ministério da Educação, as críticas, os países atingidos e objetivos.

2.3 - Sobre o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa é um documento internacional entre os países lusófonos com objetivo de unificar a ortografia para o idioma. Foi assinado por representantes oficiais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, ao fim de uma negociação entre a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras iniciada em 1980. Timor-Leste aderiu ao Acordo em 2004.

O Acordo visa à padronização e à simplificação do sistema ortográfico. Vários aspectos são enumerados como fundamentais para a reforma, pois a existência de duas ortografias oficiais é prejudicial ao idioma em um mundo globalizado. A padronização unificará a expressão da Língua em termos científicos e jurídicos internacionalmente, no estudo do idioma por instituições educacionais em todos os continentes, na linguagem de trabalho por organismos internacionais. Além disso, o governo brasileiro e o português esperam que o idioma, finalmente, torne-se uma das línguas oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU).

Falar sobre o novo acordo ortográfico implica saber que em termos históricos já se fizeram várias tentativas de unificação da ortografia da língua portuguesa, sendo que a primeira data de 1911, culminou em Portugal na primeira grande reforma. Depois existiram várias tentativas, sendo a mais importante a de 1990, que refere-se ao Novo Acordo. Esse acordo não afeta nenhum aspecto da língua falada, é meramente ortográfico. No entanto, ele não elimina todas as diferenças ortográficas observadas nos países que têm a língua portuguesa como idioma oficial, mas é um passo para a unificação ortográfica pretendida por esses países.

O texto do Novo Acordo apresenta algumas contribuições para o nosso idioma e procura entender as necessidades linguísticas dos diferentes países que usam o português como língua de cultura. Para Houaiss (2008, p. 24), o Novo Acordo segue:

[...] Contribuindo para que os textos impressos em língua portuguesa circulem sem restrições de ordem técnica ou pedagógica nesses territórios e para que se fortaleça o sentimento de unidade do idioma em sua manifestação gráfica. É também uma forma de defender o nosso idioma de processos de desagregação. São dois os objetivos básicos que pretende atingir: o primeiro é fixar e restringir as diferenças de escrita atualmente existentes entre os falantes da língua; o segundo é ensejar uma comunidade que se constitua num grupo linguístico expressivo, capaz de ampliar seu prestígio junto aos organismos internacionais.

O Novo Acordo Ortográfico consagra mudanças relativamente pequenas. Segundo os linguistas que prepararam o acordo - Antônio Houaiss, pelo Brasil, e João Malaca Casteleiro, de Portugal -, 0,43% das palavras no Brasil e 1,42% em Portugal passarão por mudanças.

O Novo Acordo Ortográfico acarreta mudanças na grafia de apenas 0,5% das palavras do vocabulário usado no Brasil. Entretanto, em Portugal, esse percentual sobe para cerca de 1,6% das palavras usadas, o que representa mais que o triplo de alterações. E isso explica a maior resistência dos portugueses na adoção da nova ortografia que, para alguns, é um mero "abrasileiramento" da língua.

“Alguns países entenderam que as novas normas seriam ruins para suas identidades nacionais, por isso a demora na ratificação”, segundo a professora Stella Maris Bortoni-Ricardo, linguista e membro da Comissão de Língua Portuguesa (COLIP) no ministério da Educação (MEC), que, juntamente com o ministério das Relações Exteriores e da Cultura, lidou com a questão da reforma ortográfica no Brasil. “Mas é importante lembrar que a questão não é a liderança de qualquer um dos países na imposição de regras, mas uma postura de colaboração”, disse Stella, lembrando o fato de muitos portugueses acreditarem que o Acordo foi uma imposição de regras brasileiras, devido ao fato de o País ter a maioria dos falantes da língua. Segundo a professora, de cada três pessoas que falam português, uma é brasileira.

O Novo Acordo Ortográfico resolve 98% das diferenças de grafia entre Brasil e Portugal. Para os outros 2%, foi criado o critério da grafia dupla ou múltipla, pelo qual se pode optar por uma ou outra grafia facultativamente.

As bases da unificação da grafia se basearam em grande parte no critério fonético. Assim, a grafia das palavras foi modificada tentando aproximá-las da língua falada. Um

exemplo claro disso é a abolição das consoantes *c* e *p* mudas no português de Portugal, como nas palavras *acção*, *adopção*, *ótima*, *director* e *baptizar* que passam a ser grafadas *ação*, *adoção*, *ótima*, *diretor* e *batizar*, o que já havia acontecido no Brasil desde a reforma de 1943.

As principais mudanças para o português escrito no Brasil são a inclusão das letras K, W e Y no alfabeto, a abolição do trema, a supressão de alguns acentos nas palavras paroxítonas e ainda a alteração nas regras de uso do hífen.

Desde 1º de janeiro de 2009 o Acordo Ortográfico já está vigente no Brasil. Até o final de 2012, viveremos um período de transição, no qual será possível optar pela nova grafia ou pelo uso das regras anteriores. A partir de 1º de janeiro de 2013 apenas a nova grafia, imposta pelo Novo Acordo Ortográfico, será aceita.

O novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa é um tema que vem gerando polêmica e muitas discussões, principalmente por parte de vários especialistas, linguístas, gramáticos, escritores e professores dessa língua. Há uma divisão de opiniões até mesmo por parte dos simples falantes da língua portuguesa quando a questão é o Novo Acordo. Temos então uma grande polêmica.

Segundo José Carlos de Azeredo, professor do Instituto de Letras da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e autor de "Escrevendo pela Nova Ortografia" e "Gramática Houaiss da Língua Portuguesa", apesar de acreditar que o acordo ajudará na internacionalização do português e o comércio de livros escritos na língua portuguesa, o gramático também tem suas críticas à reforma, ainda que classifique os problemas como "inerentes ao processo". Para ele, uma das falhas está no verbo arguir, que, além do trema, perdeu o acento agudo sobre o "u" em "ele argúi". "Agora, "ele argui" e "eu argui" [no passado] têm a mesma grafia. A gente se pergunta, será que eles não pensaram nisso? Acho que eles não se deram conta disso, porque são casos muito raros".

De acordo com o gramático, outro problema estaria na indefinição de certos casos de emprego do hífen, com diretrizes muito genéricas. O texto da reforma diz que "as frases feitas de modo geral, as expressões, que eles chamam de locuções, não têm hífen. Por exemplo, "água que passarinho não bebe", uma expressão que usamos para cachaça, segundo o acordo, não teria hífen". Além disso, o texto do acordo diz que se usa hífen nas palavras compostas que designam espécies botânicas e zoológicas. "Produziu-se uma confusão que poderia ser evitada. Por exemplo, bico de papagaio pode ser uma deformação da coluna, mas também é uma planta. Num dos casos terá hífen, no outro não? E como ficam as designações dos alimentos, das doenças?, argumentou Azeredo.

O gramático Evanildo Bechara defende o Novo Acordo Ortográfico. Ele ocupa a cadeira 33 da Academia Brasileira de Letras - ABL, para a qual foi eleito em 2000 e tem uma dura tarefa pela frente. A partir de 1º de janeiro, quando as regras do Novo Acordo Ortográfico entrarem em vigor em oito nações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, será ele a autoridade máxima no Brasil para decidir as possíveis querelas e pendências com relação ao modo como os brasileiros terão de passar a escrever.

Para Bechara, a reforma ortográfica é necessária para defender a língua portuguesa. Trata-se do único idioma falado por um grupo majoritário - mais de 230 milhões de pessoas no mundo a ter duas grafias diferentes. “É essencial que o português se apresente internacionalmente com uma única vestimenta gráfica. Para manter o prestígio e para que seja melhor ensinado e compreendido por todos”. A adaptação da sociedade brasileira às novas regras ortográficas da língua portuguesa que entraram em vigor no dia 1º é “uma questão de mudança de hábito”, defende o linguista. De acordo com o especialista, o Brasil cedeu em seis pontos principais no acordo: o fim do hífen, do trema, do acento circunflexo nos verbos no plural, a mudança do acento em ditongos abertos e a inserção de letras k, y, w no alfabeto. Bechara afirma ainda que, apesar das críticas, para a Academia “não resta dúvida nas regras” e que a instituição agiu “de acordo com o que estava estipulado”.

O ministro da educação, Fernando Haddad, avaliou que as mudanças previstas no Novo Acordo Ortográfico afetam “muito pouco” o cotidiano dos brasileiros. “O acordo ortográfico simplifica a língua e é bem-vindo. É óbvio que vamos ter uma fase de transição, mas as mudanças fortalecem a língua no mundo. O português era a única língua que tinha mais de uma ortografia e enfrentávamos resistência de organismos internacionais. O acordo ortográfico vem reforçar a presença da língua portuguesa no cenário internacional”.

Godofredo de Oliveira Neto, presidente do Conselho Científico do IILP (Instituto Internacional de Língua Portuguesa), entidade da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), acha que terá algum problema com a escrita sem acento de ditongos abertos como os de 'ideia' e 'assembleia', mas acredita que a importância política do acordo e da iniciativa brasileira para a sua implantação é maior do que os pequenos desconfortos da grafia. Para Oliveira Neto, a importância do acordo fica ressaltada se o olharmos pela perspectiva da política global de blocos. “A criação de um bloco lusófono mais forte só traz vantagens. Um texto brasileiro que traduza uma descoberta científica poderá ser usado em mais sete países. Isso o torna algo internacional.”

Como fica claro, não foi só em Portugal que o novo acordo dividiu opiniões. Segundo Sírio Possenti, professor do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp (Universidade

Estadual de Campinas), do ponto de vista linguístico e da educação, a preocupação com a unificação de regras gramaticais é “uma bobagem absoluta”. “O valor dessa mudança é muito mais simbólico que prático. Na prática, não são necessárias leis que normatizem a gramática e a ortografia”, disse. Segundo o professor, é mais importante garantir que alguém entenda textos e saiba relacioná-los do que uma ortografia perfeita. “Variações de ortografia mudam muito pouco a compreensão de um texto, escrever diferente não é um problema linguístico em nenhum país”, acrescentou o professor.

É o que pensa também a professora de linguística da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) Maria Irma Hadler Coudry que, embora ache interessante que os países lusófonos comunguem de uma familiaridade, acredita que cada um tem sua especificidade cultural. “Não é preciso que se escreva exatamente igual para que haja entendimento mútuo e não é porque se estabeleceu uma regra comum que se falará perfeitamente igual em todos os países.” Segundo Maria Irma, do ponto de vista político, essa é uma má política linguística. “É importante respeitar as diferenças no modo como as pessoas falam.”

Vale salientar que, diferente dos demais integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que pouco ou nada mudaram na língua do seu dia a dia, desde 1 de janeiro de 2009, quando as novas regras passaram a valer, no Brasil as alterações estão em quase todos os jornais e revistas, assim como nos livros didáticos. Vejamos alguns exemplos do uso das novas regras ortográficas.

O jornal *A Folha de S. Paulo* na edição de 02 de janeiro de 2009, fez questão de montar manchete com “*preveem*” sem circunflexo. Antes do novo acordo todas as palavras terminadas em “*oo(s)*” e as formas verbais terminadas em “*eem*” recebiam acento circunflexo. Agora, de acordo com o novo acordo ortográfico da língua portuguesa, não se usa mais o acento das palavras terminadas em *êem e ôo (s)*. Antes era grafado “*prevêem*”, agora com o novo acordo passa a ser “*preveem*”



Este informativo publicitário do Banco do Brasil traz um bom argumento para que todos adotemos o Novo Acordo o mais rápido possível. Podemos observar no informativo a palavra “*ideia*” grafada sem o acento agudo.



Com o novo Acordo ortográfico houve mudanças nas regras de acentuação. Segundo o novo Acordo não se usa mais o acento dos ditongos abertos *éi* e *ói* das palavras paroxítonas (palavras que têm acento tônico na penúltima sílaba). Antes “*idéia*”, agora “*ideia*”.

Atenta ao Acordo (e associando sua imagem à modernidade), a Azaleia retirou o acento agudo de sua marca de calçados femininos. As novas regras permitem que as empresas mantenham a grafia original de suas marcas (cf. Base XXI), mas é sinal de sintonia (até

mesmo um gesto pedagógico) adaptar-se. Conforme falado anteriormente, não se usa mais o acento dos ditongos abertos *éi* e *ói* das palavras paroxítonas. Antes: Azaléia. Agora: Azaleia.



O *Jornal Hoje*, de Cascavel (PR), presta um serviço ortográfico aos seus leitores. Vez por outra, destaca uma palavra do texto e explica a sua grafia. Iniciativas como esta ajudam o leitor a fixar as novas regras com mais facilidade. Abaixo segue o exemplo colhido da edição do dia 02 de maio de 2009.

Cascavel, 02 de maio de 2009

DIA DO TRABALHO

Marcha de opos

No Dia do Trabalho, em Caracas, a polícia venezuelana lançou gás lacrimogêneo e nos participantes da passeata convocada pela oposição ao presidente Hugo Chávez, quando alguns de seus participantes tentaram sair do percurso permitido.

Os agentes jogaram gases e direcionaram carros **antimotim**

Não são hifenados prefixos terminados em vogal quando o segundo elemento se inicia com consoante diferente de "h".

Como podemos observar nos exemplos acima, aos poucos as novas regras ortográficas estão ganhando espaço na mídia e nos meios de comunicação e precisamos nos adequar.

Sabe-se que não foram muitas as mudanças que ocorreram na língua portuguesa com o Novo Acordo Ortográfico, porém nem todas as pessoas têm o conhecimento de quais foram

essas mudanças. Cabe aqui então, no capítulo III, discorrermos sobre as principais mudanças ocorridas na língua portuguesa.

Vale salientar que não é nosso objetivo analisar as partes do novo acordo, por isso optamos por apenas apresentar no Capítulo III como era e como passa a ser a ortografia da língua portuguesa, esperando contribuir para a ampliação do conhecimento e da importância da mesma.

CAPÍTULO III

AS NOVAS REGRAS DA ORTOGRAFIA PORTUGUESA

Segundo Houaiss (2008, p.25), o Novo Acordo Ortográfico está organizado em vinte e uma bases, que abordam os seguintes tópicos:

- Base I – Alfabeto e grafia de nomes próprios estrangeiros;
- Base II – o uso do h;
- Base III – Grafemas consonânticos;
- Base IV – Sequências consonânticas;
- Base V – Vogais átonas;
- Base VI – Vogais nasais;
- Base VII – Ditongos;
- Bases VIII, IX, X, XI, XII, XIII – Acentuação gráfica;
- Base XIV – Uso do trema;
- Bases XV, XVI, XVII, – Uso do hífen;
- Base XVIII – Uso do apóstrofo; Base XIX – Uso de letras maiúsculas e minúsculas;
- Base XX – Divisão silábica;
- Base XXI – Grafia de assinaturas e firmas.

3.1 – Como era e como passará a ser.

Conforme o Guia Prático da Nova Ortografia (MICHAELIS, 2009), o Novo Acordo Ortográfico introduz as seguintes alterações:

3.1.1 - Mudanças no alfabeto

O alfabeto passa a ter 26 letras. Foram reintroduzidas as letras **k**, **w** e **y**. O alfabeto completo passa a ser:

A B C D E F G H I J **K** L M N O P Q R S T U V **W** X Y Z

As letras **k**, **w** e **y**, que na verdade não tinham desaparecido da maioria dos dicionários da nossa língua, são usadas em várias situações. Por exemplo:

a) na escrita de símbolos de unidades de medida: km (quilômetro), kg (quilograma), W (watt);

b) na escrita de palavras estrangeiras (e seus derivados): show, playboy, playground, windsurf, kung fu, yin, yang, William, kaiser, Kafka, kafkiano.

3.1.2 - O Trema

Não se usa mais o trema (¨), sinal colocado sobre a letra **u** para indicar que ela deve ser pronunciada nos grupos **gue, gui, que, qui**.

<i>Como era</i>	<i>Como fica</i>
agüentar	aguentar
argüir	arguir
cinqüenta	cinquenta
delinqüente	delinquente
freqüente	frequente
lingüiça	linguiça
seqüência	sequência
tranqüilo	tranquilo

Atenção: o trema permanece apenas nas palavras estrangeiras e em suas derivadas.
Exemplos: Müller, mülleriano.

3.1.3 - Mudanças nas regras de acentuação

Regra 1- Não se usa mais o acento dos ditongos abertos **éi** e **ói** das palavras paroxítonas (palavras que têm acento tônico na penúltima sílaba).

<i>Como era</i>	<i>Como fica</i>
alcatéia	alcateia
andróide	androide
asteróide	asteroide
bóia	boia
colméia	colmeia

Atenção: essa regra é válida somente para palavras paroxítonas. Assim, continuam a ser acentuadas as palavras oxítonas e os monossílabos tônicos terminados em **eis**, e **ói(s)**.
Exemplos: papéis, herói, heróis, dói (verbo doer), sóis etc.

Regra 2 - Nas palavras paroxítonas, não se usa mais o acento no **i** e no **u** tônicos quando vierem depois de um ditongo decrescente.

<i>Como era</i>	<i>Como fica</i>
baiúca	baiuca
bocaiúva	bocaiuva
feiúra	feiura

Atenção: 1) se a palavra for oxítone e o **i** ou o **u** estiverem em posição final (ou seguidos de **s**), o acento permanece. Exemplos: tuiuiú, tuiuiús, Piauí; 2) se o **i** ou o **u** forem precedidos de ditongo crescente, o acento permanece. Exemplos: guaíba, Guaíra.

Regra 3- Não se usa mais o acento das palavras terminadas em **êem** e **ôo(s)**.

<i>Como era</i>	<i>Como fica</i>
crêem (verbo crer)	creem
dôo (verbo doar)	doo
lêem (verbo ler)	leem
magôo (verbo magoar)	magoo

Regra 4- Não se usa mais o acento que diferenciava os pares pára/para, péla(s)/ pela(s), pêlo(s)/pelo(s), pólo(s)/polo(s) e pêra/pera.

<i>Como era</i>	<i>Como fica</i>
Ele pára o carro.	Ele para o carro.
Comi uma pêra .	Comi uma pera .
Ele gosta de jogar pólo .	Ele gosta de jogar polo .

Atenção:

- Permanece o acento diferencial em pôde/pode. **Pôde** é a forma do passado do verbo poder (pretérito perfeito do indicativo), na 3.^a pessoa do singular. **Pode** é a forma do presente do indicativo, na 3.^a pessoa do singular.

Exemplo: Ontem, ele não **pôde** sair mais cedo, mas hoje ele **pode**.

- Permanece o acento diferencial em pôr/por. **Pôr** é verbo. **Por** é preposição.

Exemplo: Vou **pôr** o livro na estante que foi feita **por** mim.

• Permanecem os acentos que diferenciam o singular do plural dos verbos **ter** e **vir**, assim como de seus derivados (manter, deter, reter, conter, convir, intervir, advir etc.). Exemplos:

Ele **tem** dois carros. / Eles **têm** dois carros.

Ele **vem** de Sorocaba. / Eles **vêm** de Sorocaba.

Ele **mantém** a palavra. / Eles **mantêm** a palavra.

Ele **convém** aos estudantes. / Eles **convêm** aos estudantes.

Ele **detém** o poder. / Eles **detêm** o poder.

Ele **intervém** em todas as aulas. / Eles **intervêm** em todas as aulas.

• É facultativo o uso do acento circunflexo para diferenciar as palavras forma/fôrma. Em alguns casos, o uso do acento deixa a frase mais clara. Veja este exemplo: Qual é a **forma** da **fôrma** do bolo?

Regra 5 - Não se usa mais o acento agudo no **u** tônico das formas (tu) arguis, (ele) argui, (eles) arguem, do presente do indicativo do verbo **arguir**. O mesmo vale para o seu composto **redarguir**.

Regra 6 - Há uma variação na pronúncia dos verbos terminados em **guar**, **quar** e **quir**, como aguar, averiguar, apaziguar, desaguar, enxaguar, obliquar, delinquir etc. Esses verbos admitem duas pronúncias em algumas formas do presente do indicativo, do presente do subjuntivo e também do imperativo. Veja:

a) se forem pronunciadas com **a** ou **i** tônicos, essas formas devem ser acentuadas. Exemplos:

• verbo enxaguar: enxáguo, enxáguas, enxágua, enxáguam; enxágue, enxágues, enxáguem.

• verbo delinquir: delínquo, delínques, delínque, delínquem; delínqua, delínquas, delínquam.

b) se forem pronunciadas com **u** tônico, essas formas deixam de ser acentuadas. Exemplos (a vogal sublinhada é tônica, isto é, deve ser pronunciada mais fortemente que as outras):

• verbo enxaguar: enxaguo, enxaguas, enxagua, enxaguam; enxague, enxagues, enxaguem.

• verbo delinquir: delinquo, delinques, delinque, delinquem; delinqua, delinquas, delinquam.

Atenção: no Brasil, a pronúncia mais corrente é a primeira, aquela com **a** e **i** tônicos.

3.1.4- Uso do hífen com compostos

Regra 1- Usa-se o hífen nas palavras compostas que não apresentam elementos de ligação. Exemplos: guarda-chuva, arco-íris, boa-fé, segunda-feira, mesa-redonda, vaga-lume, João-ninguém, porta-malas, porta-bandeira, pão-duro, bate-boca.

Exceções: Não se usa o hífen em certas palavras que perderam a noção de composição, como **girassol, madressilva, mandachuva, pontapé, paraquedas, paraquedista, paraquedismo.**

Regra 2- Usa-se o hífen em compostos que têm palavras iguais ou quase iguais, sem elementos de ligação. Exemplos: reco-reco, blá-blá-blá, zum-zum, tico-tico, tique-taque, cri-cri, glu-glu, rom-rom, pingue-pongue, zigue-zague, esconde-esconde, pega-pega, corre-corre.

Regra 3- Não se usa o hífen em compostos que apresentam elementos de ligação. Exemplos: pé de moleque, pé de vento, pai de todos, dia a dia, fim de semana, cor de vinho, ponto e vírgula, camisa de força, cara de pau, olho de sogra.

Incluem-se nesse caso os compostos de base oracional. Exemplos: maria vai com as outras, leva e traz, diz que diz que, Deus me livre, Deus nos acuda, cor de burro quando foge, bicho de sete cabeças, faz de conta.

Exceções: água-de-colônia, arco-da-velha, cor-de-rosa, mais-que-perfeito, pé-de-meia, ao deus-dará, à queima-roupa.

Regra 4- Usa-se o hífen nos compostos entre cujos elementos há o emprego do apóstrofo. Exemplos: gota-d'água, pé-d'água.

Regra 5- Usa-se o hífen nas palavras compostas derivadas de topônimos (nomes próprios de lugares), com ou sem elementos de ligação. Exemplos: Belo Horizonte - **belo-horizontino**, Porto Alegre - **porto-alegrense**, Mato Grosso do Sul - **mato-grossense-do-sul**, Rio Grande do Norte - **rio-grandense-do-norte**, África do Sul - **sul-africano**.

Regra 6- Usa-se o hífen nos compostos que designam espécies animais e botânicas (nomes de plantas, flores, frutos, raízes, sementes), tenham ou não elementos de ligação. Exemplos: bem-te-vi, peixe-espada, peixe-do-paraíso, mico-leão-dourado, andorinha-da-serra, lebre-da-patagônia, erva-doce, ervilha-de-cheiro, pimenta-do-reino, peroba-do-campo, cravo-da-índia. Obs.: não se usa o hífen, quando os compostos que designam espécies botânicas e zoológicas são empregados fora de seu sentido original. Observe a diferença de sentido entre os pares:

a) **bico-de-papagaio** (espécie de planta ornamental) - **bico de papagaio** (deformação nas vértebras).

b) **olho-de-boi** (espécie de peixe) - **olho de boi** (espécie de selo postal).

3.1.5- Uso do hífen com prefixos

As observações a seguir referem-se ao uso do hífen em palavras formadas por prefixos (anti, super, ultra, sub etc.) ou por elementos que podem funcionar como prefixos (aero, agro, auto, eletro, geo, hidro, macro, micro, mini, multi, neo etc.).

Casos gerais:

Regra 1- Usa-se o hífen diante de palavra iniciada por **h**. Exemplos:

anti-higiênico
anti-histórico
macro-história
mini-hotel
proto-história
sobre-humano
super-homem
ultra-humano

Regra 2- Usa-se o hífen se o prefixo terminar com a mesma letra com que se inicia a outra palavra. Exemplos:

micro-ondas
anti-inflacionário
sub-bibliotecário
inter-regional

Regra 3- Não se usa o hífen se o prefixo terminar com letra diferente daquela com que se inicia a outra palavra. Exemplos:

autoescola
antiaéreo
intermunicipal
supersônico
superinteressante
agroindustrial
aeroespacial
semicírculo

Atenção: se o prefixo terminar por vogal e a outra palavra começar por **r** ou **s**, dobram-se essas letras. Exemplos:

minissaia
antirracismo
ultrassom

Casos particulares:

Regra 1- Com os prefixos **sub** e **sob**, usa-se o hífen também diante de palavra iniciada por **r**.

Exemplos:

sub-região

sub-reitor

sub-regional

sob-roda

Regra 2- Com os prefixos **circum** e **pan**, usa-se o hífen diante de palavra iniciada por **m**, **n** e **vogal**. Exemplos:

circum-murado

circum-navegação

pan-americano

Regra 3- Usa-se o hífen com os prefixos **ex**, **sem**, **além**, **aquém**, **recém**, **pós**, **pré**, **pró**, **vice**.

Exemplos:

além-mar

além-túmulo

aquém-mar

ex-aluno

ex-diretor

ex-hospedeiro

ex-prefeito

ex-presidente

pós-graduação

pré-história

pré-vestibular

pró-europeu

recém-casado

recém-nascido

sem-terra

vice-rei

Regra 4- O prefixo **co** junta-se com o segundo elemento, mesmo quando este se inicia por **o** ou **h**. Neste último caso, corta-se o **h**. Se a palavra seguinte começar com **r** ou **s**, dobram-se essas letras. Exemplos:

coobrigação

coedição

coeducar

cofundador

coabitação

coerdeiro

corréu

corresponsável

cosseno

Regra 5- Com os prefixos **pre** e **re**, não se usa o hífen, mesmo diante de palavras começadas por **e**. Exemplos:

preexistente

preelaborar

reescrever

reedição

Regra 6- Na formação de palavras com **ab**, **ob** e **ad**, usa-se o hífen diante de palavra começada por **b**, **d** ou **r**. Exemplos:

ad-digital

ad-renal

ob-rogar

ab-rogar

3.1.6- Outros casos do uso do hífen

Regra 1- Não se usa o hífen na formação de palavras com **não** e **quase**. Exemplos: (acordo de) **não agressão** (isto é um) **quase delito**.

Regra 2- Com o advérbio **mal**, usa-se o hífen quando a palavra seguinte começar por **vogal** ou **h**. Exemplos:

mal-afortunado

mal-estar

mal-humorado

Quando **mal** significa doença, usa-se o hífen se não houver elemento de ligação. Exemplo: **mal-francês**. Se houver elemento de ligação, escreve-se sem o hífen. Exemplos: **mal de lázaro, mal de sete dias**.

Regra 3- Usa-se o hífen com sufixos de origem tupi-guarani que representam formas adjetivas, como açu, guaçu, mirim. Exemplos:

capim-açu

amoré-guaçu

anajá-mirim

Regra 4- Usa-se o hífen para ligar duas ou mais palavras que ocasionalmente se combinam, formando não propriamente vocábulos, mas encadeamentos vocabulares. Exemplos: ponte Rio-Niterói, eixo Rio-São Paulo.

Regra 5- Para clareza gráfica, se no final da linha a partição de uma palavra ou combinação de palavras coincidirem com o hífen, ele deve ser repetido na linha seguinte. Exemplos:

Na cidade, conta-

-se que ele foi viajar.

O diretor foi receber os ex-

-alunos.

Como vimos, as novas regras incluem mudanças de acentuação, abolição do trema, algumas mudanças no hífen entre outras mudanças. Porém, não são muitas as mudanças ocorridas na Língua Portuguesa com o Novo Acordo Ortográfico. Embora tenhamos citado neste trabalho apenas as principais mudanças ocorridas na língua portuguesa, podemos observar que, se colocadas na ponta do lápis, as mudanças são pequenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A língua falada e escrita é dinâmica, ou seja, evolui naturalmente devido às influências exteriores, sociais, culturais, etc. O português, tal qual se fala hoje não será escrito e falado da mesma forma daqui a anos. Portanto, os acordos ortográficos não conseguem acompanhar a dinâmica dessa evolução, pois não bloqueiam as evoluções naturais linguísticas. A língua que utilizamos hoje é uma língua em ebulição, pois está sempre em constante transformação.

Os interesses norteadores da pesquisa que culminam neste trabalho emergem em um momento em que o Novo Acordo Ortográfico esteve e está sendo amplamente discutido pelos falantes da língua – blogueiros, escritores, professores, especialistas e não especialistas etc., para refletir sobre alguns aspectos linguísticos a partir da observação e sistematização da história da língua portuguesa e de alguns aspectos pertinentes à questão ortográfica.

Para tanto, procedeu-se ao levantamento da origem desta língua, sua expansão e evolução, bem como sua vinda para o Brasil, as peculiaridades e características herdadas a partir da coleta de diversas fontes que tratam da Língua Portuguesa e do Novo Acordo Ortográfico.

Através de pesquisas bibliográficas nota-se a complexidade da língua em estudo ao mesmo tempo em que pudemos constatar que a questão ortográfica é uma das questões mais polêmicas da língua, iniciada no século XII, permanecendo viva ao longo de todo o século XX e que chega até hoje acirrando os ânimos. A tudo isso importa acrescentar ainda que o Acordo Ortográfico de 1990, considerado o mais importante Acordo Ortográfico ocorrido na língua portuguesa, teve o especial mérito de colocar a língua portuguesa e a ortografia na pauta das discussões das Academias, das universidades, das escolas, dos canais de comunicação, de professores e dos simples falantes.

A partir da leitura de numerosos textos sobre o assunto, admite-se que o Acordo gerou a procura de um maior conhecimento da nossa língua, despertou a curiosidade das pessoas sobre a origem do Português e sua trajetória no decorrer dos anos.

Concluimos então, através da nossa pesquisa, que a língua portuguesa passou ao longo de sua história, por diversos períodos: acordos, desacordos e tentativas de acordos, sempre sob fortes polêmicas.

REFERÊNCIAS

- BASSETO, Bruno F. **Elementos de Filologia Românica**. São Paulo. Edusp. 2005
- COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática Histórica**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1976.
- Diário da Nova Ortografia, de Gabriel Perissé**. Disponível em: http://www.perisse.com.br/diario_Nova_Ortografia_Gabriel_Perisse.html, Acesso em 04/08/2011.
- DORETTO, Juliana. **Uol Educação: Reforma Ortográfica**. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/portugues/reforma-ortografica/2009/02/02/houaiss-nao-contou-os-bastidores-do-acordo-diz-gramatico.jhtm>; Acesso em 01/07/2011.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. Curitiba. Positivo, 2004.
- HAUY, Amini Boainain. **História da Língua Portuguesa I**. Séculos XII, XIII e XIV. 2 ed. São Paulo. Ática, 1994.
- ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. 2 ed. São Paulo. Ed. Ática. 1997.
- _____. **Linguística Românica**. São Paulo: Ed. Ática, 2001.
- _____. **Linguística Românica**. 3 ed. São Paulo. Ed. Ática. 2006.
- NASCIMENTO, Manoel; CARVALHO, Dolores Garcia. **Gramática histórica: segundo grau e vestibulares**. 13. ed. São Paulo: Ática, 1981.
- OPPIDO, Terezinha. **Nova ortografia da língua portuguesa: conforme o acordo ortográfico para países lusófonos**. SBJ Produções Supervisão Pedagógica, 2008.
- PUBLIFOLHA, Escrevendo pela nova ortografia: como usar as regras do novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss. Coordenação e Assistência de José C. de Azeredo. 2 ed. São Paulo. 2008.
- TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- TERRA, Ernani; NICOLA, José de. **Guia Prático de Ortografia**. São Paulo. Scipione, 1996.
- TUFANO, Douglas. **Guia Prático da Nova Ortografia**. São Paulo. Melhoramentos, 2009.
- VIEIRA, Harry. **Língua Portuguesa: projeto escolar e cidadania para todos**. 1ed. São Paulo: Ed. Brasil, 2004.
- WINTER, Neumar Carta. **Reforma Ortográfica 2009**. Curitiba, Juará, 2009.